



EXMO. SR. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE -
FEAM



Processo COPAM nº 298/1996/004/2003

Auto de Infração nº: 384/2003

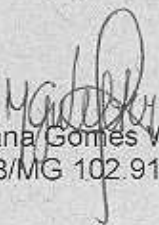
MINERAÇÃO MATHEUS LEME LTDA, devidamente qualificada nos autos do processo supra, por seus procuradores infra-assinados, inconformada, *data venia*, com o Auto de Infração nº 384/2003, contra a mesma lavrado pela Fundação Estadual de Meio Ambiente, vem, tempestivamente e em conformidade com o que dispõe o artigo 31 do Decreto 39.424 de 1998, apresentar a seu

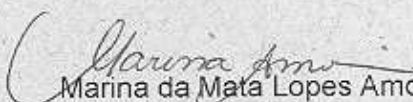
PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

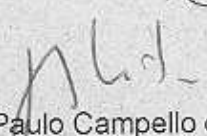
pelos fatos e fundamentos que a seguir articula.

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2007.


Mariana Gomes Welter
OAB/MG 102.912


Marina da Mata Lopes Amorim
OAB/MG 98.549


João Paulo Campello de Castro
OAB/MG 10.660



RAZÕES DA DEFESA

1. Relato dos Fatos

A empresa foi surpreendida, em 05/09/2003, pelo recebimento do Auto de Infração nº 384/2003, lavrado devido ao suposto lançamento de resíduo sólido resultante da limpeza da bacia de decantação em uma drenagem situada à jusante das instalações do empreendimento, tendo como fundamento o art. 19, § 3º, item 6 do Decreto nº 39.424/2006.

Cabe informar que a empresa explora agalmatolito em lavra a céu aberto, sendo o desmonte primário com explosivos e o desmonte secundário com fogachos (explosivos) e rompedor hidráulico acoplado em retro-escavadeira. O beneficiamento é realizado nas etapas de britagem, lavagem e classificação, rebritagem, moagem, classificação e ensacamento.

A etapa de britagem, lavagem e classificação geram um efluente em forma de polpa (sólidos + água), cujos sólidos tem granulometria abaixo de 1/2. Até o ano de 1997 esses efluentes estavam sendo depositados em pilhas e depressões ao lado da usina de beneficiamento e as águas e lamas seguiam por gravidade até a drenagem existente, constituída pelo Córrego Mato Dentro, a uma distância de aproximadamente 500 metros.

A partir de 1997 foi construído um sistema de decantação desses efluentes, constituído por três barragens em série, interrompendo o lançamento desses efluentes no Córrego das Vacas. Além disso, o sistema de barragens começou a armazenar essa água e sólidos, que aos poucos foram sendo comaltados nas mesmas.

Devido à existência de trincas e fissuras no terreno observou-se que não haveria extravasamento de efluentes líquidos no último vertedouro da terceira barragem. Assim, mesmo em época de chuvas, o fluxo de água que anteriormente seguia



nessa drenagem até o córrego foi interrompido. Com esse novo sistema de barramento os assoreamentos causados pelos efluentes gerados foram interrompidos.

No sentido de recuperar os assoreamentos causados pela empresa anteriormente no terreno, ficou acertado com o superficiário da área a recuperação do principal trecho erodido (aproximadamente 200 metros de extensão) à jusante da terceira barragem, revegetando esses locais.

Em 02/02/99 e em 19/07/2000 foram protocolados junto à FEAM Relatórios de Monitoramento, contendo as análises de águas a montante e a jusante do empreendimento. Esses documentos ainda informavam que estavam sendo realizadas limpezas periódicas nas bacias e não era observado qualquer extravasamento de efluentes nas barragens, ou seja, não corria mais água ou efluente na drenagem artificial. Esse relatórios foram anexados ao processo e deixaram de ser elaborados a partir de 2001, uma vez que inexistiam efluentes a serem monitorados.

Além dos relatórios que comprovam o monitoramento dos efluentes, no processo pode ser verificado um relatório fotográfico formulado pela empresa, como meio de demonstrar a recuperação das áreas que haviam sofrido erosão e outra parte que, no ano de 2003 encontrava-se em processo de aterramento e nivelamento.

A fiscalização realizada pela FEAM em 16/04/2006 (Auto de Vistoria nº 1291/203) constatou que a empresa vinha realizando as ações descritas de recuperação da área afetada, no entanto, o Sr. Fiscal não comunicou à empresa, naquele momento, que não estaria de acordo com a metodologia adotada. A empresa, no entanto, prosseguiu com as atividades de recuperação, no sentido de evitar futuras erosões e assoreamentos no Córrego das Vacas.

2 – Preliminarmente

2.1 – Erro de Tipicidade



O Auto de Infração nº 384/2003 foi embasado na seguinte descrição, considerando com fato caracterizador da infração o que segue.

"Lançamento de resíduo sólido resultante da limpeza da bacia de decantação em uma drenagem situada à jusante das instalações do empreendimento"

No entanto, o art. 19, § 3º, item 6 do Decreto nº 39.424/2006, adotado como fundamento legal para a lavratura do auto de infração traz a seguinte previsão:

"Causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural."

Estabelecendo uma análise rápida entre os dois trechos supracitados, é possível perceber uma diferença latente entre a descrição do ocorrido e o fundamento legal adotado. Tal contradição fere o princípio da legalidade, segundo o qual a Administração Pública deve agir em conformidade com o previsto em lei, vinculando a tipificação do fato a uma disposição legal existente.

Considerando que a empresa autuada, no momento da vistoria que lavrou o auto de infração, estava implantando um projeto para recuperação de área afetada, próxima às instalações do empreendimento, não há que se falar em ocorrência de degradação ambiental ou danos à saúde humana.

Considerando a descrição do próprio fiscal, foi verificado lançamento de resíduo advindo do empreendimento, mas não há qualquer referência à ocorrência de degradação ambiental proveniente desse fato.

Observa-se, portanto, a evidente inadequação da tipificação da conduta com a norma que fundamentou a lavratura do Auto de Infração ora impugnado, motivo pelo qual o mesmo deve ser considerado nulo.



3 – Mérito

3.1 – Inocorrência de poluição – Aplicação de circunstância atenuante

A empresa já havia explicado anteriormente que os efluentes provenientes do beneficiamento realizado pelo empreendimento eram depositados, até o ano de 1997, em pilhas e depressões ao lado da usina, gerando assoreamento pelo caminho em que seguia por gravidade até o Córrego Mato Dentro. No entanto, a partir de 1997 foi implantado um sistema de bacias de decantação em série, sendo interrompido o lançamento dos rejeitos provenientes da limpeza das bacias.

Tal implantação vinha sendo informada à FEAM, por meio de relatórios de monitoramento, enviados entre os anos de 1999 e 2000, que ainda demonstravam a recuperação da área erodida. Dessa forma, a empresa comprovou a não ocorrência de qualquer dano ambiental ou riscos à saúde humana, decorrentes de sua conduta. No entanto, foi autuada pela FEAM, motivo pelo qual segue valendo-se de todas as formas de defesa administrativa cabíveis.

A Defesa apresentada pela empresa foi julgada no dia 25/10/2007 pela Câmara de Atividades Minerárias, que decidiu pela aplicação da multa base, com redução de 1/3 (um terço), devido à reparação imediata do dano ou limitação da degradação ambiental, conforme previsto no art. 3º, item a, da DN COPAM nº 27/98.

Diante de todo o exposto, o Auto de Infração em comento deve ser anulado, estando comprovada a inocorrência de degradação ambiental. *Ad argumentandum*, caso seja mantida aplicação da penalidade, deve ser mantida a redução de seu valor-base em 1/3 devido à reparação imediata do dano.

3.2 – Assinatura de Termo de Compromisso – reversão do valor da multa em medidas de interesse ambiental

Somente pelo princípio da eventual defesa, caso não seja desconsiderado o Auto de Infração impugnado, mesmo depois de todos os argumentos apresentados pela ora Recorrente, deverá ser considerada a possibilidade de assinatura de Termo de



Compromisso, para conversão do valor da multa na obrigação de execução de medidas de interesse ambiental. Senão vejamos.

Art. 21 - Na aplicação da multa serão observados os seguintes valores, atualizados na forma da lei:

(...)

§ 2º - As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por Termo de Compromisso aprovado pelo órgão que aplicou a penalidade, se obrigar à adoção de medidas específicas para cessar ou corrigir a poluição ou degradação ambiental, sendo facultado às partes celebrar termo aditivo;

(...)

§ 7º - A multa aplicada poderá ser transformada em obrigação de execução de medidas de interesse de proteção ambiental, além das exigidas por lei, conforme Deliberação Normativa do COPAM.

Diante das alegações contidas nos tópicos acima, fica claro que a empresa já vinha executando obras para reparação dos danos causados pela deposição de efluentes desde 1997. No entanto, caso seja mantida a aplicação da penalidade prevista no Auto de Infração ora impugnado, manifesta-se no sentido de assinar Termo de Compromisso com a FEAM, prevendo medidas de interesse ambiental, a serem praticadas alternativamente ao pagamento da multa.

4 – Conclusão

Diante de todo o exposto no presente Pedido de Reconsideração, a empresa requer:

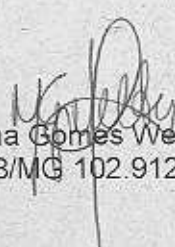
- a) Seja descaracterizado o Auto de Infração nº 384/2003, uma vez que o mesmo apresenta nulidade formal, qual seja, não há relação entre o embasamento legal e a descrição da infração praticada, o que torna o ato administrativo nulo de pleno direito;



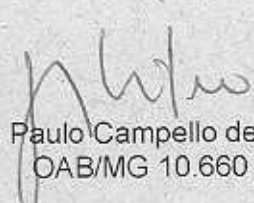
- b) Seja descaracterizado o Auto de Infração impugnado, tendo em vista que não houve degradação ambiental, como pode ser comprovado pela própria descrição exposta pelo Sr. Fiscal, que não menciona em nenhum momento tal ocorrência;
- c) Pelo princípio da eventual defesa, caso não sejam aceitos os argumentos expostos, protesta pela manutenção da atenuação do valor da multa em até um terço, devido à reparação imediata do dano e ainda, pela assinatura do Termo de Compromisso, para conversão do restante do valor da multa em medidas de interesse ambiental.

Termos em que pede deferimento.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2007.


Mariana Gomes Welter
OAB/MG 102.912

Marina da Matta Lopes Amorim
OAB/MG 98.549


João Paulo Campello de Castro
OAB/MG 10.660